

Cultura e Autarquias Locais

Brevemente, começa na Fundação de Serralves, um conjunto de seminários sobre esta matéria. Sendo que tive responsabilidades na sua preparação, falo em causa própria. Mas considero que o tema justifica.

No Portugal da 2ª República, que de 1926 a 1974 dominou o nosso quadro histórico, o Salazarismo promoveu uma ideologia que procurou hegemonizar e homogeneizar (pelo menos, no que concerne à maioria da população) sendo a Cultura assumida como instrumento político de propaganda, a nível nacional e a nível local. Os municípios, eram espaços de nomeação administrativa do presidente de câmara.

O 25 de Abril de 1974 proclama um novo ambiente cultural, com a legitimação pelo voto.

Mas a política cultural, considerada como um bem a promover, ficou sempre distante do centro da decisão política, seja nos anos '70, '80 ou '90.

A entrada no século XXI viu alterar-se significativamente este estado de coisas? Reconhecer a validade das políticas culturais não significa promover a sua importância estratégica.

No entretanto, afirmou-se no espaço europeu o conceito de “Sociedade do Conhecimento”, considerado um bem de produção prioritário, o que levou a repensar a importância política da Cultura.

Diferentemente de outros bens, a produção de Cultura, pessoal ou colectiva, ou a produção de Conhecimento, não tem, como o petróleo, a madeira, a água potável, por exemplo, problemas de escassez. Com os bens escassos, perante múltiplas procuras e necessidades, cria-se estratificação nos acessos e obrigações de escolha. A produção de Conhecimento não enfrenta, em abstracto, o paradoxo da escassez, pois é possível, também em abstracto, pôr toda a população a “produzir” e “consumir” Conhecimento.

A Cultura tornou-se objecto de avaliação sobre os seus aspectos intangíveis – o valor da Cultura – e os seus aspectos tangíveis – o preço, o custo da Cultura.

O campo da política cultural vai-se definindo, historicamente, por um alargamento sucessivo.

A nível local, e de acordo com os dados do INE tratados pelo Observatório das Actividades Culturais¹, de 1986 a 1997, as despesas municipais, no Continente, com a cultura cresceram de modo contínuo, atingindo os 215 Milhões de Euros em 1997. Neste crescimento, a região de Lisboa e Vale do Tejo é a que mais se destaca (os concelhos de Oeiras, Sintra, Almada, Lisboa, Loures apresentam valores superiores a cinco milhões de euros cada um). Em termos de despesa total dos municípios, o crescimento, também a nível nacional, foi sustentado, representando, em 1986, para a Região de Lisboa e Vale do Tejo, 3.6% do orçamento total dos respectivos municípios e, em 1997, 5,1%, evolução reveladora do crescente protagonismo destes últimos na promoção da Cultura. Não havendo dados sistemáticos para os últimos dez anos, pode considerar-se que a tendência de aumento de despesas com Cultura por parte dos Municípios continuou, representando hoje, no seu conjunto, um valor superior ao do Ministério da Cultura (245,5 milhões de euros para 2008).

Um estudo encomendado pela Comissão Europeia e apresentado em Novembro de 2006² (que deve ser olhado com alguma reserva por incorrer em algumas imprecisões) diz que a Cultura contribuiu, em 2003, para 2,6% do PIB da Europa a 25 e emprega, pelo menos, 5,8 milhões de pessoas. Considera-se a Cultura e as Artes como promotoras do crescimento, através da criação directa de emprego, assim como ligando criatividade e inovação. O crescimento do sector cultural na Europa, entre 1999 e 2003 foi superior, em 12,3% ao da economia em geral e movimentou, em 2003, 654 biliões de euros, empregando 3,1% da população activa da Europa a 25, mais que o total de empregos da Grécia e Irlanda em conjunto.

¹ “Despesas dos Municípios com Cultura”, Neves, José Soares, edição do Observatório das Actividades Culturais, Lisboa, 2000

² “The Economy of Culture in Europe”, KEA European Affairs, 2006

Estes dados chamam a atenção para a importância da maior sofisticação das intervenções no domínio da Cultura. Os Municípios são estruturas de governo e administração de proximidade e como tal, a primeira linha de construção de processos sociais complexos.

Hoje, museus, património, festivais, bibliotecas, centros culturais, arte pública, programas de animação, são só alguns exemplos da campos de presença das autarquias no domínio cultural. Em muitos pontos do País, a política cultural autárquica é preponderante na resposta às necessidades das populações. Por isso, já se pode dizer que os Municípios assumiram de forma clara nas suas agendas políticas a Cultura.

Desejável para o futuro é uma maior sinergia entre poderes públicos locais e nacionais, para que, em articulação e sem sobreposição de competências, seja possível potenciar os recursos.

Jorge Barreto Xavier